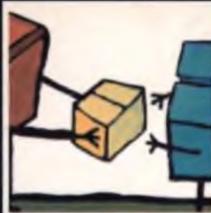


40
ano
UnB à frente



Lauro Morhy
organizador geral

Brasil em Questão

A Universidade e a
Eleição Presidencial



EDITORA

UnB

Ao completar suas primeiras quatro décadas de existência, a Universidade de Brasília (UnB) apresenta à sociedade *Brasil em Questão: a Universidade e a Eleição Presidencial*, coletânea de artigos que pode ser definida como verdadeira imersão na realidade histórica, cultural, política e socioeconômica brasileira.

Esta obra é resultado dos debates desenvolvidos no âmbito do *Fórum Brasil em Questão*, rico e promissor diálogo orientado por um esforço de busca e superação de nossos desafios. Instalado em fevereiro de 2002, o *Fórum Brasil em Questão* trouxe, à UnB, durante cinco meses, 41 especialistas das mais diversas áreas para apresentarem e discutirem suas visões sobre temas estratégicos para o País

Brasil **em Questão**

**A Universidade e a
Eleição Presidencial**

Fernando Henrique Cardoso

Presidente da República

Paulo Renato Souza

Ministro da Educação

Francisco César de Sá Barreto

Secretário de Educação Superior

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Conselho Diretor

Lauro Morhy – Presidente

Antônio C. de Matos Paiva

Carlos Alberto Rodrigues da Cunha

Carolina Martuscelli Bori

Flávio Rabelo Versiani

Inocência Mártires Coelho

Gileno Fernandes Marcelino

Jacques Rocha Velloso

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor: *Lauro Morhy*

Vice-Reitor: *Timothy Martin Mulholland*

Decano de Ensino de Graduação: *Michelangelo Giotto S. Trigueiro*

Decano de Pesquisa e Pós-Graduação: *Noraí Romeu Rocco*

Decana de Extensão: *Dóris Santos de Faria*

Decano de Administração e Finanças: *Érico Paulo Siegmar Weidle*

Decana de Assuntos Comunitários: *Thérèse Hofmann Gatti*

Laboratório de Estudos do Futuro: *Henrique de Sousa Novaes*

Assessoria de Assuntos Internacionais: *José Flávio Sombra Saraiva*

Assessoria de Comunicação: *Rodrigo Caetano*



Brasil em Questão

A Universidade e a Eleição Presidencial

Organizador Geral

Lauro Morhy

Co-organizadores

Marcos Formiga

Regina Marques

Adler Andrade

Tânia Costa

Universidade de Brasília

Laboratório de Estudos do Futuro/Gabinete do Reitor

Editora Universidade de Brasília

2002

Equipe Editorial:

Prof.ª. Dr.ª. Wânia de Aragão-Costa (Preparação de Originais)

Bel.ª. Carmem Galvão (Revisão)

Fernando Brandão e Franklin Cruz (Editoração Eletrônica)

Formatos Design Gráfico (Projeto Gráfico)

Formatos Design Gráfico (Capa e Aberturas sobre ilustrações de Richard Cook - *Getty Images*)

Copyright © 2002 by Editora Universidade de Brasília.

Impresso no Brasil.

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora Universidade de Brasília

SCS Q. 02, Bloco C, N° 78

Ed. OK, 2° andar

70300-500 Brasília-DF

Tel: (0xx61) 226-6874

Fax: (0xx61) 225-5611

editora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca Central da Universidade de Brasília

B823 Brasil em questão: a universidade e a eleição presiden-
 cial / Lauro Morhy (organizador). – Brasília : Editora
 Universidade de Brasília, 2002.
 512p.

ISBN 85-230-0700-8

1. Política – Brasil. 2. Governo: estrutura: política.
3.
Cidadania. I. Morhy, Lauro.

CDU – 32(81)

Agradecimentos

O trabalho coletivo é, sempre, resultado dos esforços de ponderável número de pessoas que se comprometem por acreditarem no objetivo final proposto. Somos gratos a todos que contribuíram para o êxito do Fórum *Brasil em Questão*.

Em especial, nosso reconhecimento aos palestrantes que ousaram apresentar e discutir questões inquietantes dos nossos dias, e propor caminhos para o Brasil.

Nominalmente, agradecemos ao grupo consultivo do Fórum: Adler Andrade, Amado Cervo, Antônio José Escobar Brussi, Benício Viero Schmidt, Cristovam Buarque, Dércio Munhoz, Dóris Faria, Érico Paulo Siegmar Weidle, Flávio Rabelo Versiani, Henrique de Sousa Novaes, Jacques Velloso, José Flávio Sombra Saraiva, José Geraldo de Sousa Júnior, Lúcia Mercedes de Avelar, Marcel Burstyn, Marcos Formiga, Michelângelo Giotto S. Trigueiro, Noraí Romeu Rocco, Pedro Tauil, Regina Marques, Rodrigo Caetano, Sophia Wainer, Tânia Costa, Thérèse Hofmann Gatti, Timothy Martin Mulholland, Vamireh Chacon, Viviane Coutinho Sabino.

Expressamos nossa gratidão aos colaboradores da Universidade de Brasília que ofereceram relevante apoio, sem o qual não teria sido possível a realização do Fórum *Brasil em Questão* e a publicação deste livro – especialmente Decanato de Ensino de Graduação; Decanato de Extensão; Decanato de Assuntos Comunitários; Departamento de Música/IDA; Cerimonial; Prefeitura do Câmpus; Assessoria de Comunicação; Assessoria de Assuntos Internacionais;

Centro de Informática; Núcleo de Multimídia e Internet do Departamento de Engenharia Elétrica, CPCE, Gabinete do Reitor, Editora da Universidade. Também agradecemos aos músicos que se apresentaram no início dos debates e à Escola do Futuro da USP.

LAURO MORHY
REITOR DA UNB

Sumário

APRESENTAÇÃO

Lauro Morhy 11

ABERTURA DO FÓRUM

Lauro Morhy 15

29 de fevereiro BRASILIDADE

Roberto Freire 21

Artur da Távola 31

Aspásia Camargo 37

Vamireh Chacon 47

16 de março BRASIL NO MUNDO

Samuel Pinheiro Guimarães 53

Oliveiros Ferreira 63

Amado Cervo 75

20 de março POLÍTICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Márcio Pochman 85

André Urani 97

Cristovam Buarque 107

3 de abril A INFRA-ESTRUTURA NACIONAL

Yeda Crusius 119

Luiz Pinguelli Rosa 129

Décio Munhoz 139

10 de abril SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO

Sergio Arouca 155

Marcos Helano Montenegro 167

Sebastião Viana 177

Pedro Tauil 185

17 de abril EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Roberto Vermulm 197

Sergio Rezende 207

João Batista de Oliveira 217

Lauro Morhy 231

24 de abril CIDADANIA, EXCLUSÃO SOCIAL
E VIOLÊNCIA

Guilherme de Almeida 239

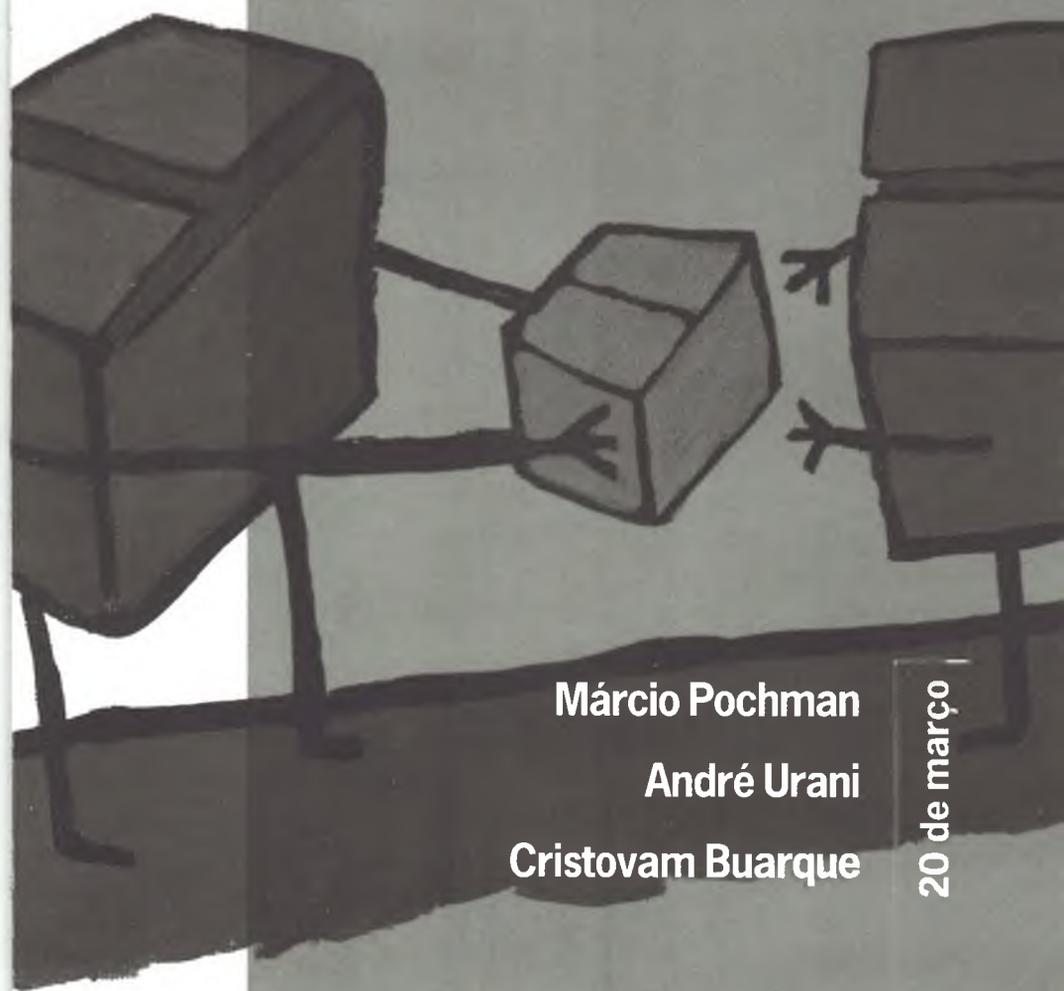
Sueli Carneiro 245

Luiz Mott 253

Dóris Faria 261

5 de junho	A DIVERSIDADE REGIONAL BRASILEIRA	
	Armando Mendes	275
	Maria Adélia de Souza	283
	Eduardo Suplicy	295
	Cristina Mac Dowell	307
	Marcos Formiga	321
19 de junho	MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, AMAZÔNIA	
	Washington Novaes	351
	Marina Silva	361
	Edna Ramos Castro	371
	Marcel Burstyn	379
3 de julho	REFORMAS ESTRUTURAIS PARA O PAÍS	
	Ricardo Varsano	391
	Wilson Cano	405
	Vinícius Carvalho Pinheiro	433
	José Geraldo	447
17 de julho	A UNIVERSIDADE BRASILEIRA	
	Helgio Trindade	459
	Edson Franco	475
	Jacques Velloso	485
	Lauro Morhy	499

Políticas de distribuição de renda



Márcio Pochman
André Urani
Cristovam Buarque

20 de março

Distribuição de Renda e Redução da Desigualdade Social no Brasil: Estratégias para o Avanço Democrático

Márcio Pochman

Adam Smith, já em 1776, preocupou-se com a questão da distribuição de renda. Era ainda o momento original do capitalismo industrial dos países avançados, especialmente da Inglaterra, quando o modo de produção capitalista não tinha problemas, em geral, com relação ao crescimento da produção e ao crescimento da renda. O modo de produção capitalista nos países avançados era uma máquina de produção de renda.

Se havia um problema estrutural no capitalismo, era o da distribuição. Por quê? Porque a forma de organização da produção, além da hierarquia, do autoritarismo, da disciplina da organização da produção, levava à constituição de uma estrutura primária da distribuição da renda desigual. Ou melhor, os trabalhadores recebiam o salário, que em geral era muito menor do que as outras formas de repartição da renda do produto gerado,

Márcio Pochman é Secretário Municipal de Desenvolvimento e Trabalho de São Paulo. Economista, professor e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e do Trabalho da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). O autor do livro *A Década dos Mitos*. Especialista em questões de desemprego, trabalho e renda.

como os lucros dos capitalistas, os juros dos banqueiros ou o aluguel do proprietário. Portanto, havia, de fato, um problema no modo de produção capitalista, nas economias avançadas, centrado na questão da distribuição.

O autor posterior a Adam Smith, mas com uma visão muito crítica, Karl Marx, identificou que não haveria possibilidade de correção nesse processo tão desigual do capitalismo, a não ser a ruptura do modo de produção, isto é, uma intervenção sobre a distribuição primária da renda que divide salário bruto, juros, aluguel da terra, da propriedade. Somente alterando esse modo de produção e criando um novo modo de produção seria possível distribuir a renda. Então, já no século XIX, identificamos as primeiras possibilidades de tratamento diferenciado da questão da distribuição de renda.

Em paralelo, foi-se constituindo uma segunda vertente, que não foi revolucionária, mas, sim, reformista, com a compreensão de que o capitalismo constituído pelas livres forças do Mercado jamais possibilitaria uma distribuição mais igualitária da renda. E esta vertente dos reformistas, dos social-democratas históricos do final do século XIX e, sobretudo, a partir do século XX, faria um conjunto de reformas com o objetivo de constituir uma segunda estrutura de distribuição da renda.

Não se propunha, então, a alterar o processo de distribuição primária da renda, isto é, os trabalhadores continuariam ganhando salários, os capitalistas continuariam a ganhar lucros, os banqueiros continuariam a ganhar juros, etc. A partir desse processo primário de distribuição da renda, contudo, introduziu-se um segundo processo de distribuição da renda, a partir das políticas reformistas, como a reforma agrária, que ocorreu em grande parte dos países desenvolvidos, como foi o caso da Itália no pós-guerra e do próprio Japão.

Uma outra medida reformista foi a reforma tributária, que determinou, pela primeira vez, que os ricos começassem a pagar impostos. Isso foi possível por meio de uma reforma tributária que passou a tributar não apenas o salário, mas também os juros, os lucros, aluguéis e assim por diante, com alíquotas diferenciadas, progressivas. Dessa forma, por exemplo, a reforma tributária, em 1943, nos Estados Unidos, fez o imposto de renda que atingia 7% da população passar a atingir quase 50% da população norte-americana.

Depois veio a reforma social. A Constituição chamava de Estado de Bem-Estar Social a instalação do sistema de saúde pública, educação e uma enorme quantidade de mecanismos de garantia de renda com vistas em retirar do Mercado de trabalho a função de distribuição de renda. O objetivo era que uma crescente parcela da população, sobretudo a trabalhadora, pudesse passar a viver sem depender do Mercado de trabalho. Foi então que as várias políticas, entre elas as políticas de transferências de renda direta, possibilitaram que, pela primeira vez na história do capitalismo, um segmento pudesse viver sem trabalhar, mesmo não sendo capitalista, banqueiro ou proprietário.

Assim, retiraram-se do Mercado de trabalho os mais pobres, pois a realidade, até as primeiras seis décadas do século passado, era que as pessoas trabalhavam até morrer, ampliando a concorrência do Mercado de trabalho. Foi possível, também, retirar do Mercado de trabalho as crianças, que eram uma parte importante do processo produtivo industrial. Foi possível abandonar não apenas a proibição do trabalho infantil, mas também transferir renda para garantir condições mínimas para freqüentar a escola, além de definir e implementar programas na área de saúde que viabilizaram, por exemplo, a saída do Mercado de trabalho de doentes, deficientes físicos e mentais,

de tal forma que ficassem no Mercado de trabalho apenas aqueles com capacidade produtiva.

Esse conjunto de reformas mostrou que, mesmo no capitalismo, no caso das economias avançadas, seria possível alcançar uma situação não tão desigual na repartição da renda. A Inglaterra, no imediato pós-guerra, tinha os 5% mais ricos que recebiam os 25% da renda do país, antes do imposto de renda. Após o imposto de renda, reduziu para 14% a participação destes na renda nacional. Enquanto os 20% mais pobres da Inglaterra, antes do imposto de renda, ficavam com 13% do PIB da renda e após passaram para 19% da renda.

Paralelamente, assistimos, desde a experiência da Revolução Russa, a uma outra situação de constituição de um modo de produção diferente do capitalismo, que garantiu uma distribuição menos desigual da renda. Essa experiência durou por um determinado período, pelo menos até o final dos anos 1980, na ex-União Soviética. Hoje, são poucos os países no mundo que mantêm esse modo de produção, que garante uma distribuição diferente da concebida no capitalismo avançado.

Na periferia do capitalismo, que é formada pelos países que não fazem parte das economias avançadas, entre eles o Brasil, estão países que têm dois problemas estruturais. Primeiro: não têm a garantia do crescimento econômico, ao contrário das economias avançadas. Na periferia do capitalismo, não há essa garantia, há países que não eram periféricos em determinado momento e retroagiram no tempo. Como a Argentina que, na primeira metade do século passado, era a oitava economia do mundo e hoje vive um quadro de regressão fulminante. Veja o caso do Brasil nas últimas duas décadas, que é um País que vive uma situação de regressão econômica e social.

Temos um problema adicional nos países periféricos em relação às economias avançadas, além da ausência de garantia do crescimento da renda: a distribuição de renda, que é mais desigual, ao contrário dos países desenvolvidos, onde a distribuição é mais ampla e completa.

Na defesa da industrialização da periferia do capitalismo, uma nova forma de inserção na economia mundial, já no final da primeira metade dos anos 50, foi fundamental para garantir, a um conjunto de países, uma situação diferente da que tinham no começo do século. Um exemplo ícone dessa experiência foi o Brasil, que foi o país que mais cresceu no mundo entre 1930 e 1980.

Deixamos de ser uma grande fazenda nos anos 1930 para nos transformarmos na oitava economia mundial no final dos anos 1970. Só que atacamos um dos problemas – o crescimento econômico –, mas deixamos de lado a distribuição de renda, que era justamente uma questão de reforma. O Brasil expandiu-se economicamente, sem fazer a reforma agrária. É um dos poucos países no mundo onde 100 milhões de pessoas, no século passado, foram do campo para a cidade, enchendo os mercados de trabalho, deprimindo os salários, comprometendo a distribuição salarial. O Brasil fez a passagem rural em três décadas, movimento que na França levou 11 décadas. A rapidez e a violência comprometeram a distribuição da riqueza constituída entre os anos 1930 e 1970.

Também não fizemos a reforma tributária. Ainda hoje os ricos no Brasil não pagam impostos. Quem paga impostos é justamente os mais pobres. Essa é uma questão que aprofunda a desigualdade. Temos uma estrutura primária da renda que gera condições de desigualdade, e também políticas públicas que comprometem a distribuição da renda.

A reforma social não foi feita. Este País não constituiu um estado de bem-estar social. Não temos educação, saúde pública, entre outros, de boa qualidade para todos.

As políticas distributivas que foram aplicadas nos últimos dez anos aprofundaram a desigualdade. Os dados oficiais não revelam isso com tanta intensidade, não revelam a realidade. Por exemplo, os dados sobre distribuição pessoal da renda tratam-nos como se tivéssemos pleno emprego no Brasil. Só medem a desigualdade da renda entre os que têm renda. Como, ao longo dos anos 90, o que mais cresceu foi a quantidade de trabalhadores sem renda e desempregados, esse segmento que pressentiu mais baixo está fora do cálculo. É como se medíssemos a distribuição da renda apenas na Bélgica. Na Índia não se mede porque a renda é zero.

Hoje, uma parte importante da população vive sem renda monetária. Se levássemos em consideração essa situação, possivelmente os indicadores de desigualdade seriam ainda maiores do que são registrados oficialmente.

Deveríamos ter feito, por exemplo, mudanças mais profundas na política previdenciária, pois um terço dos aposentados e pensionistas brasileiros, apesar de aposentados, continuam a trabalhar. Afinal, receber R\$ 200 mensais é insuficiente até mesmo para comprar os remédios genéricos, quiçá dar conta da vida como um todo.

Não devemos, também, fazer uma distribuição das terras como foi feita nos últimos dez anos, sem efeito distributivo e produtivo.

Não devemos fazer movimento para redução da jornada de trabalho com redução do salário, pois isso faz que, na verdade, aumente ainda mais a jornada de trabalho. No Brasil, 40% dos trabalhadores continuam a trabalhar mais de 44 horas semanais, e cada vez aumenta mais a duplo jornada, pois os salários são muito baixos, e as pessoas procuram mais de uma ocupação para

completar sua renda. Uma pesquisa feita pelo Datafolha mostra que um brasileiro a cada dois não tira mais férias.

Não podemos fazer a difusão dos mecanismos de garantia de renda como o vale-gás, a bolsa-renda, a bolsa-alimentação e a bolsa-escola, cujos valores são muito reduzidos e que foram constituídos pelo governo federal a exemplo da experiência de Brasília e de Campinas do Bolsa-Escola. Não mudamos, aqui, a realidade; criamos, na verdade, uma nova forma de dependência.

Devemos fazer, em primeiro lugar, um compromisso da sociedade com o crescimento econômico. No capitalismo, quando há distribuição da renda, é sobre o fluxo da renda e não sobre o estoque, como na maior parte das vezes. Portanto, se não houver crescimento de 6% ou 7% ao ano, nos próximos dez anos, a sociedade brasileira estará condenada a viver com uma situação de maior regressão social e econômica. Portanto, o crescimento econômico é absolutamente fundamental.

A produção agrícola leva o Brasil a ser o quinto maior exportador de alimentos do mundo. E a sua população vive numa situação de falta de alimento. É preciso uma reforma social profunda como jamais este País ousou fazer. Evidentemente, isso significa retirar do Mercado de trabalho as pessoas de mais idade, as crianças, os doentes, deficientes físicos e constituir no mercado de trabalho uma nova regulação.

A política social no Brasil é equivocada, não porque nos falte focalização. Pelo contrário, ela é muito focalizada. Precisamos de políticas sociais universalistas num país de enorme desigualdade. A universalidade poderá provocar a homogeneização social, pois a política social praticada no Brasil é uma política de alto custo-meio, pois aqui no Brasil não se praticam políticas sociais integradas e articuladas. Cada ministério tem o seu programa, tem o Bolsa-Escola na Educação, tem o

Bolsa-Alimentação na Saúde, da qualificação profissional no Ministério do Trabalho, os sindicatos têm seus programas. Não há unificação, não há articulação. Isso significa enorme custo-meio. O dinheiro não chega evidentemente àqueles que precisam porque é usado para montar a máquina. Se um ministro ou um secretário fizer uma política decente, exclusivista, ele será governador, ministro, presidente.

Não é, portanto, um problema exclusivo de focalização. É um problema da universalização e da remontagem das políticas sociais no Brasil. Os recursos não chegam para muitos que precisam dele, devido aos custos da política. Mas não acredito que este seja o problema principal da política social. Por exemplo, montamos na Prefeitura de São Paulo um programa de distribuição de renda, que, comparativamente aos índices nacionais, é o maior programa de distribuição de renda. São 300 mil famílias sendo beneficiadas com vários programas, o que significa dizer que 2% da população da cidade de São Paulo estão sendo beneficiados com a distribuição de renda. Se fôssemos fazer esse programa da maneira que fazem os programas sociais no Brasil tradicionalmente, não seria possível. Conseguimos fazer uma outra modalidade de gestão pública e foi possível que a Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade, criada em julho do ano passado, fosse de articulação, o que permitiu que os funcionários de outras secretarias, sobretudo do governo local, pudessem fazer todas as ações de maneira conjunta e articulada. Então, o recurso que seria gasto para operacionalizar a política possibilitou uma transferência mais direta ao público beneficiário.

O problema do desemprego brasileiro não é decorrente da inovação tecnológica. Ao contrário, nessa nova divisão internacional do trabalho em curso, justamente os países que mais inovaram em tecnologia têm menos desemprego.

A economia norte-americana, por exemplo, constitui hoje uma das economias mais avançadas em produtos tecnológicos, registrando as menores taxas de desemprego dos últimos trinta anos. Por outro lado, países que têm baixos conhecimentos em tecnologia registram taxa de desemprego bastante alta. A falta de crescimento econômico e a destruição de parte do parque produtivo ao longo dos anos 90 fizeram que o Brasil, por exemplo, jogasse fora 2 milhões de empregos industriais de empresas que aqui existiam no início dos anos 1990.

É absolutamente fundamental, ainda, uma política de atenção cada vez maior às pessoas de maior idade, especialmente na situação do Brasil, de transição demográfica. É crescente a participação das pessoas de maior idade em relação às pessoas mais novas, quer dizer, ao invés de estarmos cada vez mais preocupados com a ampliação dos números de escolas, entramos numa fase de preocupação cada vez maior com acesso e condições adequadas para as pessoas mais velhas, pois esse percentual tem crescido mais nas últimas duas décadas.

As políticas sociais, usando um conceito antigo, devem pensar no desenvolvimento econômico, como Celso Furtado já destacou em vários livros publicados. Não apenas como desenvolvimento da produção, mas com uma visão social, que implica, evidentemente, elevação na escolaridade e acesso às funções básicas de vida.

Estamos carentes de um projeto de desenvolvimento econômico social. Este certamente exigirá, se tivermos como objetivo um enfrentamento concreto da questão da pobreza, um esforço do ponto de vista da orientação da política econômica e social. Uma política social sem acompanhamento do desenvolvimento econômico pode criar condições apenas compensatórias e, não, resolução estrutural da pobreza.

No Brasil, negamo-nos a fazer a reforma social. Esse é um pressuposto para atingir o estágio do primeiro mundo. Precisa-se realizar um conjunto de reformas, entre elas a reforma social, o que implica dar acesso público a um conjunto de bens que o Mercado, por si só, não é capaz de assegurar a todos.

É importante a conscientização da população para os enfoques sociais. Um pensador antigo do Brasil, Francisco de Oliveira Viana, que ajudou a construir, por exemplo, o estatuto do trabalho no Brasil, a CLT, foi, todavia, um conservador. Mas olhando o Brasil nos anos 20 e 30, percebeu que o Brasil, desse período, era rural, um país agrário. E que não haveria, nessas condições sociais, conscientização da população para exercer, para enfrentar a situação vivida na época, pois observava o campo e não havia conflito sociais. A população ficava em torno das fazendas, ou produzindo, ou trabalhando para os fazendeiros. Quando havia conflito entre fazendeiros, essa população residente no campo se agregava a um dos dois fazendeiros, ou seja, não havia um conflito social grave.

Contudo, nos anos 1920, Viana, observando o que ocorria na Europa com base na industrialização, percebeu que a economia urbana e a economia industrial levam necessariamente a um conflito, pois concentram muitas pessoas no mesmo local, sob regime de trabalho. Dentro dessa concentração foi construído um projeto de desenvolvimento econômico com um conjunto de políticas de caráter social, que, de certa maneira, restringiu a liberdade e a organização dos trabalhadores.

No Brasil de hoje, estamos caminhando, lamentavelmente, não para um aumento dos conflitos sociais de uma maneira coletiva, mas, certamente, de uma maneira individual. Porque o que mais cresceu em termos de ocupação, geração de renda no Brasil, nos últimos dez anos, foi sobras de ocupação vinculadas ao PIB. Por

exemplo, a ocupação que mais cresceu, no Brasil, nos anos 90, foi emprego doméstico. A cada 100 postos de trabalho criados, 26 foram de empregos domésticos. Depois, vagas para segurança pública e privada, serviço de limpeza e conservação, ou seja, postos de baixa qualidade e vinculados à riqueza dos ricos.

Portanto, quando queremos defender uma política de elevação do salário mínimo e de reforma tributária, que atinja os ricos, possivelmente esse segmento, que depende dos recursos dos ricos, se transforme no agente contrário de reformas desta natureza. É preciso mais tempo para esclarecer mais bem isso, mas, se não tivermos a conscientização, apenas uma proposta presidencial é insuficiente para mostrar que é necessário o envolvimento da população e dos partidos políticos.

A responsabilidade dos governos militares

Se olharmos para a distribuição funcional da renda – que permite identificar a participação dos salários na renda nacional, em que há dados, possivelmente, da década de 1940 até 1980 – a distribuição funcional da renda não se alterou fundamentalmente, ou seja, a participação dos salários apresentou apenas uma leve queda nesse período. A perda de participação dos salários na renda nacional teve início na década de 80 e se agravou na de 90, ou seja, a redução do crescimento econômico nos anos 80 e 90 e as políticas solidárias com o desemprego que foram aplicadas nos anos 90 complicaram o padrão de distribuição de renda de forma muito perversa.

Lógico que não foi culpa exclusivamente dos militares. O maior erro dos militares foi a ausência da democracia que implicou a não-existência de partidos políticos e sindicatos fortes,

que podiam ter tido um papel muito importante na política de distribuição de renda.

A experiência dos países desenvolvidos, em um pós-guerra de pobreza absoluta, que foi resolvida pelos países desenvolvidos, e se construiu um novo quadro: a pobreza relativa. É de chamar a atenção para países continentais, como é o caso do Brasil, da Índia, da China, que têm uma forma de ser inserir na economia mundial diferente de países como o Equador ou o Chile. Temos possibilidade diferente de inserção, e um papel diferente que o Brasil se nega a realizar. A China, em 1980, tinha um conjunto de produtos importados que equivalia à exportação brasileira em termos de dólares. Ela importava 18 bilhões de dólares nos anos 80. Vinte anos depois, o Brasil está exportando menos de 60 bilhões de dólares e a China está exportando 300 bilhões de dólares. Uma política agressiva de exportação é fundamental para uma política de geração de renda para o país e de ocupação.

No início dos anos 80, Brasil e Índia tinham o mesmo índice de desenvolvimento tecnológico em telecomunicações, por exemplo. Hoje a Índia é um dos maiores exportadores de *softwares* do mundo, e o Brasil é um dos maiores importadores de tecnologia a despeito do sucesso das privatizações do ponto de vista da difusão da telefonia.

Temos, hoje, problemas sérios na Balança Comercial pela dependência que se criou nesse setor. Há enormes possibilidades, alternativas. E eventos desta natureza ajudam a criar um Brasil diferente. Espero que o novo presidente seja uma pessoa comprometida com a luta contra exclusão e o com desenvolvimento social do País.

Impressão e Acabamento:



SIA TRECHO 3 LOTE N° 1760

Fone: (0xx61) 362-0008 / Fax: (61) 362-7476

e-mail: quick@gns.com.br

contemporâneo.

As discussões ali realizadas certamente não esgotaram a complexidade dos temas. Contudo, como lembra o reitor Lauro Morhy, *Brasil em Questão* “é um meio e, não, um fim. É um bom começo para despertar outras consciências, mentes e corações, pensando e pulsando Brasil”. É desse debate que o leitor é convidado a participar.

Com a publicação, em 2002, de *Brasil em Questão: a Universidade e a Eleição Presidencial*, a UnB cumpre, mais uma vez, seu compromisso histórico de contribuir para a reflexão sobre as alternativas e projetos para o nosso País.

BRASILIDADE • Roberto Freire • Artur da Távola • Aspásia Camargo • Vamireh Chacon • **BRASIL NO MUNDO** • Samuel Pinheiro Guimarães • Oliveiros Ferreira • Amado Cervo • **POLÍTICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA** • Márcio Pochman • André Urani • Cristovam Buarque • **A INFRA-ESTRUTURA NACIONAL** • Yeda Crusius • Luiz Pinguelli Rosa • Dércio Munhoz • **SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO** • Sergio Arouca • Marcos Helano Montenegro • Sebastião Viana • Pedro Tauil • **EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA** • Roberto Vermulm • Sergio Rezende • João Batista de Oliveira • Lauro Morhy • **CIDADANIA, EXCLUSÃO SOCIAL E VIOLÊNCIA** • Guilherme de Almeida • Sueli Carneiro • Luiz Mott • Dóris Faria • **A DIVERSIDADE REGIONAL BRASILEIRA** • Armando Mendes • Maria Adélia de Souza • Eduardo Suplicy • Cristina Mac Dowell • Marcos Formiga • **MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, AMAZÔNIA** • Washington Novaes • Marina Silva • Edna Ramos Castro • Marcel Burstyn • **REFORMAS ESTRUTURAIS PARA O PAÍS** • Ricardo Varsano • Wilson Cano • Vinícius Carvalho Pinheiro • José Geraldo de Sousa Júnior • **A UNIVERSIDADE BRASILEIRA** • Helgio Trindade • Édson Franco • Jacques Velloso • Lauro Morhy